



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2026

(DO SR. CABO GILBERTO SILVA)

Solicita informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública acerca dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, especialmente quanto à concentração da violência letal nas regiões Norte e Nordeste.

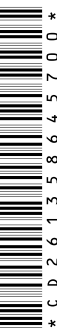
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Wellington César, as seguintes informações:

1. Quais são as principais causas identificadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a concentração da violência letal nas regiões Norte e Nordeste, conforme apontado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025?
2. Quais políticas públicas específicas estão sendo implementadas pelo Governo Federal para reduzir os índices de homicídios nessas regiões?
3. Como o Ministério avalia o impacto da expansão das facções criminosas na elevação da violência urbana no Norte e Nordeste?
4. Quais medidas de cooperação interestadual e internacional estão sendo adotadas para combater a atuação de facções criminosas que operam além das fronteiras nacionais?
5. O Ministério possui dados atualizados sobre o grau de internacionalização das facções criminosas brasileiras? Em caso afirmativo, quais são os principais países afetados?
6. Por quais razões o Governo Federal se posiciona de forma contrária à classificação de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas por países estrangeiros, como os Estados Unidos?
7. Quais seriam, na avaliação do Ministério, as consequências jurídicas, diplomáticas e operacionais dessa eventual classificação para o Brasil?

Apresentação: 25/03/2026 19:38:15.463 - CSPCCO

REQ n.135/2026



* C D 2 6 1 3 5 8 6 4 5 7 0 0 *



JUSTIFICAÇÃO

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 evidencia um cenário preocupante no país, ao apontar que a violência letal permanece fortemente concentrada nas regiões Norte e Nordeste. Esses dados revelam desigualdades regionais persistentes e indicam a necessidade de respostas mais eficazes e direcionadas por parte do poder público.

O aumento da violência urbana nessas regiões está frequentemente associado a fatores estruturais, como desigualdade social, ausência de políticas públicas consistentes e fragilidade institucional. No entanto, também se observa o crescimento da atuação de organizações criminosas, que têm ampliado seu controle territorial e influência sobre comunidades vulneráveis.

Outro aspecto relevante é a expansão das facções criminosas brasileiras para além das fronteiras nacionais, consolidando redes internacionais de tráfico de drogas, armas e outros ilícitos. Tal fenômeno representa um desafio adicional às autoridades de segurança pública e exige ações coordenadas entre diferentes níveis de governo e cooperação internacional.

Nesse contexto, causa preocupação o posicionamento do Governo Federal em relação à classificação dessas organizações como terroristas por países estrangeiros. Tal medida, pode ter implicações significativas no combate ao crime organizado, especialmente no que se refere à cooperação internacional e ao bloqueio de recursos financeiros.

Diante disso, torna-se fundamental que esta Casa Legislativa obtenha esclarecimentos detalhados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de compreender as estratégias adotadas pelo Governo Federal e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de segurança no país.

Sala de Sessões, em de de 2026

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

